

COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL MINERAL – CPNM

1º Reunião Ordinária da CPNM

DATA: Dia 24 e 25 de fevereiro de 2000

LOCAL: Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais

Dando início aos trabalhos, o Médico do Trabalho Mário Parreiras de Faria solicitou que todos os presentes se apresentassem, sendo que na oportunidade o Sr. Domingos Lino, representante da CUT fez a entrega de ofício com as indicações de novos nomes para substituir a representação da CUT na CPNM originalmente publicados na Portaria 2.038/99 que criou a Comissão Permanente Nacional do Setor Mineral. Inicialmente ficou acertado que seria constituído subgrupo encarregado de elaborar um Regimento Interno da CPNM, para aprovação ainda durante esta reunião. Dando prosseguimento aos trabalhos e considerando o preconizado no item 22.36 (CIPAMIN) da NR-22 publicada através da Portaria Ministerial 2.037/99 discutiu-se a necessidade de se estabelecer parâmetros ou orientações para uma fase de transição para as CIPA cujo mandato transporia a data da entrada em vigor da NR-22 e para aqueles cujo processo eleitoral alcançasse a referida data ou seja 21/4/2000. Quanto a este aspecto a Comissão através de consenso concluiu que o Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho/DSST/MTE deve publicar uma Portaria estabelecendo as seguintes diretrizes: 1) As CIPA com mandato em andamento na data da entrada em vigor da NR-22, isto é, 21/4/2000 manterão sua composição, mandato e atribuições, até o fim do respectivo mandato; 2) As empresas cujas CIPA estejam com o processo eleitoral já desencadeado e com eleição prevista à partir do dia 21 de abril de 2000, inclusive, deverão: a) iniciar novo processo eleitoral, com publicação de novo edital, que se adeque à NR-22, garantindo-se as inscrições realizadas anteriormente e b) prorrogar o mandato dos atuais membros da CIPA por até sessenta dias. Considerando o decidido na 14ª e última reunião do GTT/Mineração ocorrida em Belo Horizonte nos dias 04, 05 e 06 de novembro de 1998 a Portaria a ser publicada pelo DSST/MTE também deve determinar o seguinte ponto: 1) Para cumprimento dos prazos previstos no anexo II da Portaria Ministerial 2.037/99, a empresa ou Permissionário de Lavra Garimpeira deverá elaborar um cronograma físico relativo a sua implementação com as respectivas etapas na forma prevista nas alíneas "c" e "g" do item 22.3.7.1, da NR-22 aprovada pela citada Portaria e que deverá integrar o PGR. Foram ainda tomadas as seguintes deliberações: a) criação de um site da CPNM na página do MTE na Internet para divulgação dos trabalhos da Comissão; b) realização de TV Executiva sobre NR-22 entre os dias 12 e 14 de abril próximos com reunião da CPNM, em Brasília, na véspera para análise e deliberação sobre a Convenção 176 da OIT e preparação da TV Executiva; c) Por proposição do DSST/MTE ficou decidida a criação de Grupo de Trabalho Tripartite Especial para colaborar com a CPNM na implementação na NR-22 nos setores de mármore e granito. Tal Grupo deverá ser constituído por 3 membros titulares e 2 membros suplentes indicados pelas respectivas

representações e ser acompanhado por pelo menos um representante titular de cada representação na CPNM; d) solicitar ao DSST/MTE a publicação de errata relativa à denominação da Norma, isto é, "Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração", bem como renumerar o item 22.29.1.1 em suas alíneas "a", "b", "c" e "d". Finalmente foi aprovado o Regimento Interno da CPNM, que faz parte integrante desta ata. Não tendo mais nada a ser tratado encerrou-se a reunião, tendo eu, Mário Parreiras de Faria, lavrado a presente Ata que vai assinada por mim e pelos demais membros da CPNM presente ao final da reunião .

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2000.